

2ª coleção primeiros passos



Arnaldo Spindel
O QUE É
COMUNISMO

18.^ª
edição

editora brasiliense

Arnaldo Spindel

O Que é Comunismo

Coordenação:
Vanya Sant'Anna

Digitalização: Argo
www.portaldocriador.org

ÍNDICE

Introdução

Teoria

A Internacional comunista

 O espectro russo assusta a burguesia de todo o mundo

O comunismo no Brasil

Bibliografia complementar

INTRODUÇÃO

Não há a menor dúvida de que uma proposta de responder à questão que dá título a este pequeno livro introdutório apresenta, em si, enormes dificuldades, dadas a abrangência e a complexidade do tema. O que pretendemos aqui é apenas aproximar o leitor de um conjunto de teorias cuja aplicação prática modificou radicalmente a História da humanidade e marcou profundamente o panorama histórico contemporâneo. Convém ressaltar nesta introdução, contudo, que existe uma enorme diferença entre a tentativa de explicação do que venha a ser o comunismo e uma resposta às indagações acerca das características do mundo comunista atual.

O que nos propomos aqui é tão-somente mostrar, de maneira simplificada, alguns pontos básicos do comunismo marxista e sua trajetória prática inicial. Se quiséssemos dar uma resposta simplificada ao extremo, poderíamos dizer que o comunismo é o último estágio do desenvolvimento histórico da sociedade humana, dentro de uma visão marxista desta História. Poderíamos dizer também que esta sociedade não mais seria dividida em classes, que não mais existiria Estado, que todos os homens seriam iguais e poderiam desenvolver plenamente suas potencialidades. Para que a idéia ficasse mais clara, explicaríamos brevemente algumas das idéias de Marx; veríamos sua compreensão materialista e dialética da História, sua análise da sociedade capitalista, sua concepção sobre a inevitável passagem da sociedade capitalista à sociedade socialista (ou seja, a vitória da classe operária sobre a burguesia), assim como as formas de organização do proletariado para acelerar sua subida ao poder.

Após tudo isso o leitor teria, provavelmente, uma vaga idéia do que Marx entendia como comunismo e dos meios para atingi-lo, mas mesmo assim não se sentiria apto para captar o sentido da idéia no final de uma trajetória de mais de um século de História. Em verdade, para se compreender o sentido atual da idéia de comunismo indispensável localizá-lo dentro de uma perspectiva histórica.

Desta maneira, pretendemos somar, ao esboço das idéias principais do marxismo, um resumo da história do movimento comunista mundial. Para uma melhor compreensão do assunto, vemo-nos na obrigação de remeter o leitor ao estudo de nosso volume sobre o socialismo, publicado nesta mesma coleção. Naquela obra, além da apresentação de algumas das principais idéias de Marx e Engels, mostramos toda a fase inicial da

aplicação prática desta teoria. Ali também efetuámos um corte histórico, que visava a simplificação da questão da diferenciação entre socialismo e comunismo, que nos parece conveniente recordar aqui.

Havíamos explicado que quando Marx chamara ao manifesto que escrevera, em conjunto com Engels, em 1848, de *Manifesto Comunista*, ele tinha como objetivo marcar claramente a diferença existente entre a nova teoria que propunha e aquele conjunto de doutrinas que, na época, era conhecido pelo título de socialismo (incluindo basicamente os diversos tipos de socialismos utópicos e cooperativistas). Este fora o motivo pelo qual Marx preferira recuperar o termo “comunismo”. A medida que as idéias marxistas passaram a se tornar hegemônicas no conjunto das idéias que se desenvolviam no seio do movimento operário da segunda metade do século passado, Marx passou a usar indiscriminadamente os termos “socialismo” e “comunismo”. Posteriormente, a partir da Segunda Internacional, a evolução do movimento socialista internacional começou a gerar o aparecimento de correntes completamente distintas entre si, mas todas ainda sob o título de socialismo. A ruptura entre estas correntes, precipitada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, vai fazer com que Lenin, após a vitória da Revolução que liderara (a Revolução Russa de Outubro de 1917), busque diferenciar a ala do movimento socialista internacional a que pertencia — a ala de esquerda — das demais. Para isto passa a chamar a sua corrente de Comunista e a tratar comunismo e socialismo como conceitos completamente diferentes. Socialismo (que era na realidade o socialismo dos partidos sociais-democratas europeus) passou a ser caracterizado pelos revolucionários russos (os bolchevistas) como uma teoria reformista, ao passo que Comunismo significaria a verdadeira teoria revolucionária desenvolvida por Marx.

Desta maneira, após a I Guerra vemos ressurgir uma Internacional Socialista (dominada pelos partidos sociais-democratas, notadamente pelo alemão) e uma Internacional Comunista (comandada pelos bolchevistas russos). A partir deste momento, podemos falar de movimento socialista e movimento comunista como coisas distintas.

Neste livro caracterizamos então o comunismo como o movimento político que surge com a Revolução Russa e que se espalha por todo o mundo, possuindo como base teórica o corpo teórico do marxismo-leninismo. Uma rápida visão desta base teórica e o breve resumo da história deste movimento constituem, portanto, o objeto deste livro. Na parte final, mostramos também o desenvolvimento do movimento comunista no cenário

político nacional.

Gostaríamos também, nesta introdução, de ressaltar um ponto que nos parece básico. cremos que poucos são os assuntos que geram tanta controvérsia, em nossos dias, quanto o comunismo. Habitamo-nos com as notícias dos ataques mútuos entre os diversos regimes comunistas (ou mesmo das guerras entre eles), como também às cada vez mais freqüentes críticas que se autodenominam “de esquerda” e que acabam por misturar anti-sovietismo (a crítica à burocratização do aparelho estatal russo) com anticomunismo. Por estes indicadores poderá o leitor imaginar que a história do movimento comunista toma contornos diferentes dependendo de quem a conte. Pretendemos ter, neste livro, deixado o proselitismo de lado, atendo-nos aos fatos históricos; a história do movimento comunista, seja o internacional seja o brasileiro, foi obtida pelo cotejamento de dados apresentados em obras diversas.

TEORIA

Desde suas obras de juventude, Karl Marx já demonstrava uma preocupação com a impossibilidade de o homem realizar-se integralmente na sociedade de então. Observando a seu redor, Marx percebia que a exploração à qual era submetida a maioria dos cidadãos não lhe permitia conseguir um desenvolvimento completo de suas personalidades. Além disto, o trabalho, da maneira como era estabelecido, não representava prazer para aquele que produzia; muito pelo contrário o trabalho era um jugo ao qual ele deveria se submeter para garantir sua subsistência. O fruto de seu trabalho era-lhe algo distante uma vez que não lhe pertencia; a maioria da população trabalhava mas eram os donos do capital que se apropriavam do resultado deste trabalho.

Marx acreditava que aquela situação teria de chegar ao fim. Uma nova sociedade deveria surgir um dia, na qual todos os homens tivessem possibilidade de desenvolver plenamente todas as suas potencialidades, fossem elas no campo da arte, da ciência, do amor etc. Esta nova sociedade onde viveria um Homem Novo, um Homem Total, seria a sociedade comunista. Comunismo, para ele, era o estágio da sociedade humana onde não mais existiriam exploradores e explorados, onde a exploração do homem pelo homem tivesse chegado a seu fim. O homem, a sociedade e a natureza formariam um todo harmônico; o sonho do Homem Integral estaria realizado.

Acreditando ser este o futuro da sociedade humana, Marx lutou sempre para conseguir acelerar o processo de passagem de uma sociedade onde os homens eram desumanamente explorados a uma outra onde todos teriam iguais possibilidades. Ele dedicou sua vida a analisar metódica e cientificamente a trajetória da Humanidade até o advento da sociedade capitalista, bem como os mecanismos internos de funcionamento desta, com o intuito de colaborar para que o homem chegasse o mais rapidamente possível à sociedade socialista, primeiro passo para se atingir o comunismo.

Em nosso volume anterior, a respeito do Socialismo, dedicamos um capítulo ao estudo, ainda que bastante resumido, de algumas das principais idéias de Marx e de Engels, os fundadores do socialismo científico. Ali pudemos ver, basicamente, como, partindo da dialética hegeliana, da Economia Política inglesa e da análise do movimento socialista anterior, eles chegam à elaboração de conceitos extremamente importantes, base de uma teoria que faria o homem alterar radicalmente a compreensão que possuía até

então da História da Humanidade.

Trabalhando com os conceitos de materialismo dialético e materialismo histórico, Marx e Engels provam, como vimos naquela oportunidade, que o processo histórico obedece a um movimento dialético assentado sobre bases materiais. Com a introdução desta sua concepção materialista dialética da História, eles descartam definitivamente as explicações que insistiam em mostrar alguma força superior, imaterial, como causa dos fatos históricos. Outra linha de interpretação histórica, aquela que se restringia a fazer a crônica de reis e grandes personagens, aquela que creditava tais ou quais fatos e medidas à dor na coluna do ministro Sicrano da Silva ou ao novo anel de brilhantes ganho pela rainha Maria Fulaninha, também não mais se sustentava frente à nova análise marxista.

Marx e Engels provam que é o homem, engajado num processo de produção material, quem faz a História da Humanidade. Neste processo de produção os homens ocupam lugares diferentes; historicamente podemos ver que uns foram escravos e outros senhores, uns nobres outros servos, uns operários outros patrões. Estes dois grupos, estas duas classes estão sempre em conflito e é este conflito que faz mover a História; a luta de classes é o motor da História, dizia Marx.

No volume anterior mostramos que a burguesia só ascendera à posição de classe dominante após um longo processo de luta contra a antiga classe dirigente — a aristocracia. O modo de produção feudal (modo de produção onde as relações eram predominantemente feudais) fora gerando o desenvolvimento de sua própria contradição, expressa no desenvolvimento da burguesia. A medida que esta classe ia conquistando o poder econômico mais necessária ia-se tornando a tomada do poder político, para permitir o florescimento do modo de produção capitalista. A burguesia necessitava construir uma sociedade a sua imagem e semelhança, e as lutas revolucionárias contra a aristocracia pelo domínio do terreno político-ideológico visavam este objetivo. A Revolução Francesa seria um claro exemplo deste último e decisivo estágio da luta entre estas duas classes.

Na fase histórica em que Marx e Engels encontravam-se inseridos (o século XIX) o domínio burguês já se encontrava perfeitamente consolidado na maior parte dos países desenvolvidos da Europa e já estava gerando, pelo desenvolvimento de suas forças produtivas, a sua própria contradição. Uma classe operária cada vez mais numerosa e miserável, indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, começava a desenvolver de forma incipiente suas primeiras lutas contra a burguesia, pretendendo tornar-se classe

dominante e instalar o modo de produção socialista.

Em sua mais importante obra, *O Capital*, Marx vai dissecar o funcionamento interno da economia de uma sociedade capitalista e nela mostrar uma tendência inexorável a crises sucessivas que a acabariam levando ao fim.

Alguns de seus mais importantes conceitos vão ser desenvolvidos neste livro; entre eles podemos citar o conceito de valor, aprofundamento do mesmo conceito expresso por David Ricardo. A compreensão deste conceito é indispensável para a compreensão da reprodução do capital e, portanto, do funcionamento do modo de produção capitalista.

A função de uma mercadoria é satisfazer uma necessidade. Desta maneira um par de sapatos, por exemplo, cumpre a função de calçar nossos pés; este é o seu valor de uso. Nas sociedades mais primitivas, a pessoa que fabricava os calçados trocava um de seus pares por uma outra mercadoria da qual necessitasse, por exemplo, uma camisa. No entanto não era o valor de uso do par de sapatos que determinava que ele deveria ser trocado por duas camisas ou por cinco quilos de farinha. Alguma medida comum deveria existir entre estas três mercadorias a fim de determinar qual o valor que cada uma delas teria numa troca.

Quando nos referimos ao valor de uma mercadoria, referimo-nos quase sempre a este seu valor de troca. Em *O Capital* Marx vai-nos mostrar que a medida comum que constitui a base do valor de troca de qualquer mercadoria é a quantidade de trabalho necessária para a sua confecção. Se o trabalho de um sapateiro é maior do que o de uma costureira, então é natural que um par de sapatos seja trocado por duas camisas; seu valor de troca é maior pois exigiu mais trabalho, seja quantitativo ou qualitativo.

Com o desenvolvimento da Humanidade, evidentemente ninguém mais troca sapatos por camisas, trigo por carne etc. O dinheiro é hoje o meio existente para a troca destas mercadorias. Ainda que o preço não represente exatamente o valor de troca de uma mercadoria, pois que na questão dinheiro entram vários outros fatores que não nos cabe aqui analisar, ele se encontra baseado neste valor.

Hoje em dia o sapateiro teria de ter dinheiro para comprar o couro, que ele transformaria em sapato e venderia por um preço igual ao dinheiro gasto no pedaço de couro somado ao preço das horas de trabalho que ele gastaria para fabricar o produto. Ocorre contudo que atualmente poucos são os sapateiros que fabricam calçados; numa sociedade capitalista é raro encontrarmos um fabricante que trabalhe artesanalmente; na maior parte das vezes o que encontramos são indústrias de calçados.

Ora, imaginemos esta fábrica. Evidentemente ela pertence a alguém: o dono, aquele que possui o capital, o capitalista. Este cidadão comprará o couro e contratará operários que transformarão o couro em calçados. Pois bem, caso este senhor venda um par de sapatos por um preço equivalente à soma do preço do pedaço do couro com o preço das horas de trabalho, seu lucro será igual a zero. Para conseguir algum lucro ele deveria ou vender o produto por um preço mais caro (o que nem sempre é possível, dadas as condições do mercado) ou pagar àquele que realiza o trabalho um salário menor do que o que seria justo. Se ele conseguisse que seus operários produzissem dez pares de sapatos por dia e recebessem apenas o correspondente ao valor (portanto, trabalho) acumulado em cinco pares de sapatos, o valor acumulado nos outros cinco se transformariam em lucro.

Esta diferença existente entre o salário pago e o valor que o operário efetivamente acumula à mercadoria constitui aquilo que Marx denominou de mais-valia. A mais-valia, que é a base do regime capitalista, só se tornou possível em condições históricas determinadas, nas quais uma grande parcela da população só possuía como produto vendável sua própria força de trabalho. Devido às dimensões deste livro não especificaremos estas condições históricas, mas convém ressaltar que elas coincidem com os primeiros passos do sistema capitalista, com o nascimento da burguesia.

Tanto em *O Capital* quanto em seu texto *Salário, Preço e Lucro*, Marx vai indicar a existência de dois tipos diversos de mais-valia. Por um lado temos a mais-valia absoluta, aquela mais-valia que é conseguida diretamente pela exploração do trabalhador. Se um operário trabalha oito horas por dia, produzindo 8 pares de sapatos e recebendo Cr\$ 500,00 e seu patrão decide que ele passará a trabalhar dez horas (portanto a produzir dez pares de sapatos por dia), ganhando os mesmos Cr\$ 500,00, o valor que ele acumula nestes dois pares de sapatos a mais constituem a mais-valia absoluta. Esta mais-valia absoluta, contudo, é limitada, pois a jornada de trabalho de um operário não pode ser aumentada indefinidamente: a resistência física do homem constitui um obstáculo natural e intransponível para tal tipo de coisa.

Sendo a mais-valia a fonte do lucro, o capitalista tem de encontrar uma outra maneira de aumentar a mais-valia. Esta maneira seria fazer com que o operário, trabalhando as mesmas oito horas e ganhando os mesmos Cr\$ 500,00, produzisse dez pares em vez de oito. Para conseguir isto ele deveria fazer com que o tempo de trabalho empregado para a fabricação de cada par de sapatos diminuísse, o que geralmente pode

ser obtido pela introdução de ferramentas e máquinas mais modernas. A mais-valia relativa é, então, aquela conseguida pela diminuição do tempo de trabalho necessário.

Façamos agora um esforço para compreender uma questão bastante complexa e que será apresentada de maneira simplificada. Numa indústria encontramos sempre dois tipos de capital: o capital constante ou fixo, isto é, aquele que está parado, investido em máquinas, prédios etc, e o capital variável, ou seja, aquele que deve ser desembolsado periodicamente, como por exemplo o capital necessário para o pagamento dos salários. A soma destes é o capital total.

O que Marx nos diz é que “a taxa de mais-valia medida pelo capital variável chama-se taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia medida pelo capital total denomina-se lucro”. Imaginemos um caso ideal. Em um ano o nosso fabricante comprou cem mil cruzeiros de couro que, trabalhados pelos seus operários, transformaram-se em sapatos no valor de trezentos mil cruzeiros. Os salários pagos aos trabalhadores totalizaram cem mil cruzeiros; supondo que ele não tenha tido nenhuma outra despesa neste ano, vemos que o capital desembolsado, o capital variável gasto foi de duzentos mil cruzeiros. Como é fácil perceber, o industrial, gastando duzentos mil e recebendo trezentos mil pela venda dos produtos, realizou um lucro de cem mil cruzeiros provenientes da mais-valia arrancada aos operários. Poderíamos concluir de maneira errada que o lucro do ano dividido pelo capital gasto no mesmo espaço de tempo ($100.000/200.000 = 0,5$ ou 50%) constituiria a taxa de lucro deste ano. Esta conclusão é errada, esta taxa é chamada de taxa de mais-valia.

E por que isto? A resposta é simples. Quando fazemos um investimento, calculamos a taxa de lucro sobre o total do investimento; ora, o capital investido pelo industrial não se resume apenas ao capital variável gasto naquele ano. Anteriormente ele já comprara o prédio, máquinas e ferramentas necessárias à instalação de sua fábrica; ele já havia gasto uma certa soma que é o capital fixo. Assim, ele vai calcular sua taxa de lucro em função do investimento total, ou seja, do capital total (capital fixo mais capital variável). Supondo que o capital fixo fosse de 800 mil cruzeiros e sabendo que o capital variável é de Cr\$ 200 mil, temos que o capital total atinge um milhão de cruzeiros. Tendo conseguido o lucro de 100 mil, vemos que a taxa de lucro do fabricante de sapatos foi de 100 mil dividido por 1 milhão (lucro dividido pelo capital total) que é igual a 10%.

Pelo nosso exemplo pudemos ver que o mesmo lucro de cem mil cruzeiros

(conseguidos através da mais-valia) forneceu-nos duas taxas diferentes: a taxa de mais-valia (em sua relação com o capital variável) de 50%, e taxa de lucro (em sua relação com o capital total) de 10%.

Como já sabemos, para aumentar seu lucro o capitalista tem de aumentar a mais-valia que tira do trabalho de seus operários; uma vez que a mais-valia absoluta possui limites de crescimento intransponíveis, ele se vê obrigado a aumentar a mais-valia relativa. Isto significa que ele deve encontrar um meio de fazer com que os operários trabalhem mais depressa, produzindo mais sapatos por jornada de trabalho, o que pode ser conseguido, por exemplo, pela compra de novas máquinas.

Suponhamos que com estas novas máquinas ele consiga fazer com que os operários dobrem a produção. Seus gastos com couro subiriam a Cr\$ 200 mil, a folha de pagamentos não se alteraria e o dinheiro conseguido com a venda dos calçados seria de 600 mil. Sua taxa de mais-valia iria, evidentemente, aumentar; desta vez, para um investimento de 300 mil (capital variável) ele conseguiria uma venda de 600 mil, com um lucro de 300 mil ou 100%.

Com a taxa de lucro não ocorrerá fenômeno semelhante; não somente ela não irá duplicar como chegará mesmo a cair. Se o capitalista do nosso exemplo compra máquinas, isto significa que ele fez um investimento que passará a fazer parte do seu capital fixo. Se as novas máquinas custaram, por exemplo, Cr\$ 2,5 milhões, o capital fixo da empresa subirá para Cr\$ 3,3 milhões e o capital total para Cr\$ 3,9 milhões. Ora, um lucro de Cr\$ 300 mil em relação com um capital total de Cr\$ 3,9 milhões dá-nos uma taxa de lucro de aproximadamente 7,7%.

Ao elaborar este raciocínio, Marx queria provar que a necessidade do sistema capitalista de aumentar sempre o lucro através do aumento da exploração da mais-valia implicava uma tendência constante à queda da taxa de lucros. Este fato seria uma das causas principais das crises que ciclicamente iriam abalar o sistema capitalista, enfraquecendo-o e abrindo caminho para sua eliminação e substituição pelo modo de produção socialista.

Não podemos, numa obra introdutória como esta, estendermo-nos sobre a teoria econômica de Marx. Sua complexidade exige um estudo mais cuidadoso que poderá ser efetuado a partir dos textos sugeridos no final deste livro. Por ora lembremo-nos apenas que, para Marx, o lucro do capitalista está baseado sobre a exploração da mais-valia do

trabalhador, e que é esta exploração que vai condenar à morte o sistema capitalista.

Além de sua importante obra no campo da Economia, Marx, em conjunto com Engels, desenvolveu também um ativo trabalho político. Em suas obras de caráter político, os fundadores do socialismo científico preocuparam-se em mostrar as questões relativas à tomada do poder pela classe proletária e à passagem do sistema capitalista ao sistema comunista, via sistema socialista.

A teoria marxista mostra que a tarefa do proletariado não é aguardar o inevitável fim do capitalismo, para que então o poder caia em suas mãos. Ao proletariado caberia organizar-se para tentar acelerar esta queda do sistema capitalista e para, uma vez tomado o poder, conseguir impedir sua retomada pelas forças reacionárias.



*Vladimir Illitch Ulianov
(Lenin - 1870 - 1924)*

Dois são os pontos principais da teoria marxista no campo da política: o partido político do proletariado — que é o organismo que lhe permite atuar no sentido da eliminação do sistema capitalista — e o Estado da classe operária — instrumento necessário para a passagem à sociedade comunista. Estes pontos foram retomados e desenvolvidos por V. I. Lenin, o dirigente da Revolução Russa de 1917. As táticas leninistas desenvolvidas a partir das idéias de Marx e Engels foram, em grande parte, responsáveis pela vitória da classe operária na Revolução Russa. Hoje em dia estas idéias fazem parte daquele corpo teórico conhecido por marxismo-leninismo, que é a teoria que está na base de todos os regimes comunistas de nossos dias.

A questão do Estado da classe operária é, evidentemente, apenas parte de uma questão mais geral, a do Estado. Empenhado em uma discussão teórica com os revisionistas, Lenin vai retomar os princípios básicos deste assunto, no âmbito da doutrina marxista, com o objetivo de combater as interpretações errôneas que vinham sendo difundidas.

O Estado, na concepção marxista, não passa de um instrumento de dominação de uma classe social sobre outra. O Estado nasce devido à existência de antagonismos inconciliáveis entre as classes sociais; ele responde à necessidade da classe mais forte de dominar a mais fraca.

A classe mais forte está sempre interessada em refrear o conflito, pois caso isto não

seja feito, e mesmo sendo ela a classe dominante, esta luta acabaria entrando num crescendo de violência que poderia colocar em risco ambas as classes e, eventualmente, destruir o organismo social como um todo. O Estado é o instrumento que cumpre esta função. A classe economicamente mais poderosa utiliza o Estado para impor uma “ordem” social, preservar uma situação que lhe é favorável e, principalmente, para transformar-se na classe politicamente dominante, obtendo assim novos meios de oprimir e explorar a classe mais fraca.

Tratando-se necessariamente de um produto do conflito entre as classes, podemos concluir que o Estado só surge numa sociedade onde este antagonismo de classe esteja presente. Na pré-história, quando os homens viviam em uma sociedade comunista primitiva, não havia necessidade de Estado, e, efetivamente, este instrumento inexistia. Já numa situação em que os escravos devem ser dominados pelos cidadãos livres, os servos pelos senhores feudais ou os operários pelos capitalistas, o Estado torna-se uma necessidade imprescindível.

Já tomamos conhecimento que, segundo a visão materialista da História, compartilhada por Marx, Engels e Lenin, a Humanidade caminha rumo a uma sociedade onde não mais existiriam classes sociais: o comunismo. Evidentemente, nesta sociedade, inexistindo a dominação de uma classe sobre outra, o Estado iria desaparecer.

Recapitulemos o que dissemos ainda há pouco. A sociedade comunista é o último estágio da História da Humanidade; nela inexistiriam exploradores e explorados e tampouco existiriam classes sociais; a figura do Estado iria desaparecer. A teoria marxista-leninista diz-nos, todavia, que o comunismo só será atingido após a tomada de poder pela classe proletária, após a extinção do modo de produção capitalista e após o advento do modo de produção socialista.

Reparem bem que utilizamos e frisamos após, pois queremos deixar claro que o comunismo não virá junto com estes fenômenos, mas sim numa fase posterior. O marxismo-leninismo define perfeitamente duas etapas na passagem do capitalismo ao comunismo.

Tanto Marx quanto Lenin falam-nos de uma fase inferior e de uma fase superior do comunismo. “Ao que se costuma chamar socialismo, Marx chamou a ‘primeira’ fase, ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade comum, pode aplicar-se a palavra ‘comunismo’, contanto que não se esqueça

que é esse um comunismo incompleto.” (Lenin).

Por motivos práticos continuaremos a chamar Socialismo a esta primeira fase do comunismo, que advém da vitória do proletariado sobre a burguesia, após um intenso processo de luta.

Não podemos pretender que o socialismo esteja isento de resquícios da sociedade capitalista. Seria utópico imaginar que o comunismo poderia surgir já perfeitamente formado, de maneira rápida e espontânea, das cinzas da sociedade burguesa; é necessário que a classe proletária, ao assumir o poder, proceda a uma série de regulagens no mecanismo social, de maneira a permitir a passagem ao comunismo. Por este motivo, segundo Marx e Lenin, a tarefa revolucionária do proletariado não é e nem poderia ser, numa primeira etapa, abolir o Estado (como pretendem os anarquistas), mas sim abolir o Estado burguês e instaurar o Estado proletário.

Este Estado proletário, na medida em que representa o instrumento de dominação da classe operária que é a classe majoritária, possuiria um caráter mais democrático do que o seu antecessor — o Estado burguês. A esta democracia do operariado, Marx deu o nome de “ditadura do proletariado”.

Deve-se ter sempre em mente que o termo “ditadura do proletariado” designa um regime político controlado pela maioria da população e que se trata de um instrumento para a passagem ao comunismo.

Para a teoria marxista-leninista, a ditadura do proletariado representa apenas o exercício do poder da classe operária quando na qualidade de classe dirigente, para a eliminação total dos resquícios da antiga ordem burguesa e preparação da sociedade para o advento do comunismo. Trata-se aqui do resultado da atuação do proletariado para “aniquilar a máquina burguesa do Estado (...) e de substituir tudo isto por uma máquina mais democrática, mas que nem por isto é menos máquina de Estado (...)”. A sociedade socialista não é uma sociedade livre (na medida em que, como nos diz Lenin, “enquanto existir Estado não haverá liberdade (e) quando reinar liberdade não haverá mais Estado”), mas sim o terreno onde o Estado irá definhando até chegar a sua morte. Neste ponto a Humanidade estará frente à fase superior do comunismo.

Há aqui uma pequena ressalva a ser feita. A constatação de que a fase da ditadura do proletariado gerou em alguns países socialistas um governo controlado por quadros burocráticos tem sido generalizada e servido de base para tentativas de invalidação do

marxismo-leninismo. Devemos ter sempre em mente que a existência de tal tipo de disfunção burocrática não se presta a generalizações deste tipo, visto que decorrem de um reforço do aparelho estatal, exigido por circunstâncias históricas precisas.

Para a passagem à sociedade socialista, Marx nos mostra que não é suficiente acreditar na ação espontânea da massa proletária; ele indica a necessidade de um partido da classe operária, que atuaria como vanguarda desta classe em sua luta contra a burguesia e como dirigente do país no processo de transição ao comunismo.

Baseado em sua experiência prática, Lenin vai desenvolver também a questão do partido do proletariado. O partido que surge da doutrina marxista-leninista é uma instituição que, apesar de lutar pelos interesses imediatos da classe operária, não perde nunca de vista que seu objetivo é a derrota do sistema capitalista e a implantação da ditadura do proletariado. Em função disto, ele é concebido como um corpo perfeitamente organizado e disciplinado. Organização e disciplina seriam dois pilares básicos do partido revolucionário do proletariado; o centralismo democrático seria um terceiro.

A necessidade de uma organização centralizada para uma melhor condução do proletariado em sua luta contra a burguesia poderia implicar (e implica, por vezes) um despotismo de uma minoria dirigente sobre as massas. Para evitar tal tipo de problema existe o mecanismo do centralismo democrático; seu princípio é o mais simples possível: partir das massas para chegar às massas. Por isto deve-se entender que o partido deve captar os anseios das massas trabalhadoras, elaborar uma síntese e a partir daí construir sua linha de atuação. O processo deveria ser constante; o resultado da aplicação desta linha seria colhido novamente junto à massa, nova síntese seria elaborada e novas linhas determinadas e assim por diante. Esta seria a única maneira de conseguir sempre o apoio total das massas ao trabalho do partido.

A construção de um partido da classe operária é fruto de um longo processo e constitui a única maneira de os operários atuarem proficuamente, de maneira organizada e disciplinada, seja nos momentos de avanço lento dentro dos limites de uma democracia burguesa, seja nos momentos de crise revolucionária. As condições para a criação deste organismo do proletariado só surgem por força de um difícil trabalho que, como disse Lenin, “é facilitado pela existência de uma teoria revolucionária justa que não é um dogma, e que só se forma definitivamente em ligação estreita com a prática de um movimento realmente de massas e realmente revolucionário”.

A INTERNACIONAL COMUNISTA

O espectro russo assusta a burguesia de todo o mundo

A compreensão da atuação da Internacional Comunista (o Comintern), desde a sua fundação em 1919 até sua extinção em 1943, é um ponto-chave para que possamos compreender o movimento comunista em nossos dias. Existindo durante pouco menos de um quarto de século, o Comintern — em seus erros, acertos, dissidências, expurgos, modificações de linha etc. — vai marcar profundamente, tanto quantitativa quanto qualitativamente falando, aquilo que hoje entendemos, de maneira geral, por comunismo.

Por outro lado, a política seguida pela Internacional Comunista reflete perfeitamente as alterações por que passava a política interna da União Soviética. Esta ligação estreita entre as diretrizes do Comintern e a situação interna soviética pode ser percebida já desde a fundação deste organismo internacional, sob a liderança de Lenin.

Senão vejamos: o que encontraríamos como resposta caso nos perguntássemos sobre os motivos que levaram os comunistas russos (os bolchevistas) a articular, imediatamente após o término da Primeira Guerra Mundial, um novo organismo internacional dos trabalhadores?

Em nosso volume sobre o Socialismo fornecemos parte da resposta; nele pudemos ver que as diferentes alas do movimento socialista mundial preparavam o lançamento de suas respectivas organizações de caráter internacional. Assim, os sociais-democratas reformistas (liderados pelo Partido Social-Democrata Alemão) tentavam ressuscitar a II Internacional; os comunistas revolucionários — liderados pelos bolchevistas russos — pretendiam colocar em funcionamento a III Internacional ou Internacional Comunista; os marxistas “ortodoxos” (os moderados) lançavam-se à tarefa de fundar aquela que ficou conhecida como Internacional 2 e 1/2 — pretendendo reconstruir uma Internacional única onde coexistissem lado a lado os sociais-democratas e os bolchevistas. A fundação da Internacional Comunista corresponderia então à necessidade dos comunistas revolucionários (a ala esquerda da II Internacional de antes da guerra) de agrupar num único organismo os seus aliados, que constituíam núcleos dentro dos diversos partidos socialistas ou sociais-democratas, de maneira a opor resistência ao reformismo social-

democrata e a erigir o modelo soviético de revolução do proletariado e de partido comunista como padrão para a classe operária de todo o mundo.

Além disto, o que a jovem Rússia comunista pretendia era a exportação da revolução comunista para alguns dos principais países europeus. Enfrentando uma situação econômica especialmente difícil, devido à Guerra Mundial e à Guerra Civil, e confrontando-se freqüentemente com a possibilidade de uma invasão por parte das nações capitalistas da Europa, a União Soviética enxergava na possível eclosão de uma outra revolução comunista na Europa (sobretudo na Alemanha) a maneira mais eficaz de quebrar seu isolamento, passando a possuir assim uma retaguarda econômico-militar.

Quando falavam em estender a Revolução a outros países, os dirigentes da União Soviética e da Internacional Comunista não estavam no mundo da lua, eles falavam de uma possibilidade bastante concreta. Naquele momento da história do continente europeu, o enfraquecimento econômico e a insatisfação social que dominavam grande parte dos países tornavam esta hipótese bastante plausível. Em alguns países da Europa, dentre os quais se destacava a Alemanha, a Revolução comunista parecia ser uma coisa de semanas.

Partindo desta constatação — de que a Revolução eclodiria em alguns outros países dentro de pouquíssimo tempo — a Internacional Comunista vai procurar articular-se de maneira completamente distinta de suas antecessoras. Não se tratava mais, neste caso, de criar uma federação de partidos operários para a discussão de problemas comuns, mas sim de criar um verdadeiro Estado--maior, cujo objetivo seria dirigir o proletariado mundial em suas batalhas revolucionárias pela conquista do poder.

A necessidade de uma organização deste tipo, naquele momento, era inegável. Ao Comintern caberia dar todo o apoio possível aos partidos comunistas em sua luta para tornar efetiva a potencialidade revolucionária visível no proletariado de diversos países europeus. No entanto, os erros cometidos pela III Internacional, assim como a forma em que foi estruturada, fizeram com que sua atuação fosse um fracasso; durante toda a sua existência nenhuma revolução comunista obteve sucesso. E, ainda mais, pode-se mesmo afirmar que algumas diretrizes ditadas pelo Comintern contribuíram para impedir o pleno desenvolvimento de processos revolucionários em curso e que alguns de seus erros permitiram o crescimento do nazi-fascismo.

Entre estes erros está a subestimação da importância da ala direita da Internacional de ante-guerra no meio operário. Estes elementos, reunidos nos partidos sociais-

democratas, afirmavam-se perante a massa trabalhadora em função das reformas sociais conseguidas pelo conjunto das forças socialistas antes do conflito, ao mesmo tempo em que, percebendo claramente a fraqueza que atingia a maior parte dos partidos burgueses, iam-se impondo como o único grupo capaz de gerir eficientemente os interesses da burguesia. Os partidos sociais-democratas transformam-se em partidos burgueses reformistas, interessados em cortar rapidamente o ímpeto revolucionário do proletariado. Foi na crença de que o operariado perderia certamente a confiança num partido deste gênero que o Comintern elabora uma linha de ação que, em pouco tempo, vai-se mostrar desastrosa.

A situação acima descrita é especialmente válida para a Alemanha, onde a social-democracia, atuando como agente da burguesia, vai dividir o movimento operário e comandar a repressão às forças comunistas revolucionárias. O marco inicial da violência que se abate sobre a classe operária alemã é o assassinato dos líderes comunistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, em 1919. Neste mesmo ano, os sociais-democratas contribuem para a derrota de tentativas insurrecionais operárias na Baviera e na Hungria, acontecimentos que iriam gerar um recrudescimento na repressão sobre os movimentos comunistas destas regiões.

O tipo de estrutura da Internacional Comunista (que se manterá inalterada durante toda a sua existência) pode ser identificado também como causa dos freqüentes insucessos da organização. Na fase que antecedeu à criação do Comintern, Rosa Luxemburgo já se havia dado conta deste problema, alertando a todos sobre o perigo de que o partido russo, na qualidade de único partido comunista no poder, poderia vir a ter um peso excessivo na direção do organismo e, eventualmente, condicionar-lhe os objetivos aos seus próprios. Os temores da líder alemã não eram infundados; a estrutura dada à Internacional Comunista permitiu que suas previsões se confirmassem na prática.

Os revolucionários russos pensavam a necessidade de revoluções comunistas nos demais países a partir de seu próprio ângulo. Em vez de raciocinarem sobre estas revoluções a partir de análises fundamentadas sobre as situações das lutas de classes nos diferentes países e de tentarem estruturar uma Internacional Comunista que, na qualidade de verdadeiro Estado-maior da Revolução Comunista Mundial, fosse eqüitativamente representativa das diversas nações e apresentasse uma estrutura maleável o suficiente para se adequar às diferentes conjunturas, a maior parte dos dirigentes soviéticos insistia em

pensar nas revoluções dos demais países apenas em função da sobrevivência de seu regime.

Deixemos claro que a sobrevivência do regime soviético não deixava de ser uma preocupação importante para os comunistas de todo o mundo, mas nem por isso estes concordavam em vê-lo transformado no fim último do Comintern. A Internacional Comunista deveria ser um organismo ágil, decidindo com rapidez, em cima dos fatos, os caminhos a serem tomados pelo movimento comunista mundial, mas o predomínio soviético acabou por introduzir um viés pouco realista em suas análises das conjunturas do movimento operário dos outros países e por construir uma organização à imagem e semelhança do partido russo.

Era exatamente isto que Rosa Luxemburgo queria evitar quando, pouco antes de seu assassinato, manifestou-se contra a criação imediata da III Internacional. Acreditando na iminência de uma revolução na Alemanha, a líder dos espartaquistas — os comunistas revolucionários alemães — dizia que era melhor aguardar a vitória deste movimento para, a seguir, fundar a Internacional Comunista.

Apesar da oposição dos partidários de Rosa Luxemburgo, a reunião preparatória para a criação da III Internacional, convocada para Moscou em março de 1919, acabou por se transformar no Congresso Inaugural da organização.

O clima de euforia que grassava entre os líderes do Comintern e do governo russo, gerado pela certeza da proximidade da eclosão de revoluções comunistas em outros países da Europa, foi pouco a pouco se diluindo. Os meses iam passando e não só as revoluções não aconteciam, como também a repressão aos comunistas aumentava consideravelmente em alguns países. A União Soviética começa a perceber que não mais poderia aguardar que a vitória de uma outra revolução comunista na Europa viesse ajudá-la a salvar sua economia, que se encontrava em situação catastrófica. Passa então o governo soviético a trabalhar decididamente para a reconstrução econômica do país, elaborando o NEP (a Nova Política Econômica), em 1921. O NEP, enquanto forma pioneira de planejamento estatal, é considerado de suma importância, vindo a influenciar o planejamento econômico de todas as grandes nações; contudo, no caminho do comunismo, ele representava um passo atrás, um retrocesso tornado necessário pelas condições econômicas da União Soviética.

A adoção do NEP pode ser considerada como marco inicial de um processo de

fechamento cada vez maior da democracia interna do regime soviético e de controle mais férreo sobre o Comintern. O domínio dos dirigentes soviéticos sobre a Internacional Comunista vai, a partir deste momento, aumentar gradativamente.

Na medida em que o NEP representava uma tentativa de solução da crise econômica russa sem auxílio exterior, ele vai ser responsável pelo aparecimento de uma nova linha de política externa que, alguns anos mais tarde, viria a ser adotada como linha oficial. A chamada linha do “socialismo num só país”, defendida por Stalin, acreditava que a União Soviética deveria concentrar seus esforços em seu próprio reerguimento econômico e não mais colaborar ativamente para a eclosão de revoluções comunistas nos países estrangeiros. Já em 1921, por exemplo, quando a situação interna alemã caminhava rapidamente para uma situação pré-revolucionária, Stalin alertava o governo russo para os perigos, para seu país, de uma revolução comunista na Alemanha. Segundo ele, a revolução alemã levaria imediatamente a uma guerra civil naquele vizinho país, o que não era interessante para a União Soviética pois ela estava, devido à debilidade de sua economia, impossibilitada de fornecer o necessário apoio aos comunistas alemães.

Esta proposta daquele que seria o futuro líder máximo do regime soviético acabou sendo preterida em função da posição de Trotsky e Zinoviev (na época, presidente do Comintern). Estes dois líderes viam com bons olhos a possibilidade de revolução num país fronteiriço desenvolvido, mas a tática que resolveram adotar acabou redundando em fracasso. Sua proposta era no sentido de união com a social-democracia, onde fosse necessário; porém, com o acentuamento



da crise alemã, os sociais-democratas se transformaram em entraves às tentativas comunistas de decretação de greve geral e desencadeamento de um processo revolucionário. Aquele que poderia ter sido o ponto inicial da revolução alemã acabou reduzido a uma revolta dos comunistas de Hamburgo, que foi esmagada em três dias.

Após esta derrota a Internacional Comunista passa a preconizar uma política de Frente Única com as demais organizações socialistas internacionais (a II Internacional

reconstruída e a Internacional 2 e 1/2). Evidentemente esta nova posição refletia uma posição defensiva dos comunistas dentro de um quadro geral de refluxo dos movimentos revolucionários.

Desta época data a única reunião entre as três Internacionais surgidas logo após a Primeira Guerra Mundial, numa tentativa de se estudar uma eventual ação comum. A conferência, apesar das agressões de parte a parte, não chega a ser um fracasso, pois os delegados russos presentes admitem fazer algumas concessões. Com isto abria-se a via para o aparecimento de um trabalho comum entre as principais forças de esquerda. Alguns meses mais tarde, sem nenhuma explicação, a Internacional Comunista recusa-se a dar prosseguimento às conversações e opera radical alteração em sua linha política.

É a partir deste momento que recrudescer a campanha soviética contra os partidos sociais-democratas, sendo dado os primeiros passos em direção à posição comunista que, logo a seguir, passará a igualar social-democracia com social-fascismo e a considerar a social-democracia como um inimigo mais perigoso do que o próprio fascismo.

A política de bolchevização dos partidos comunistas ganha novo impulso também a partir deste momento. Este processo, que tantas críticas já recebeu, terminava por implicar um completo divórcio entre os partidos comunistas e as realidades sócio-políticas dos respectivos países.

A aplicação desta diretriz é, mais uma vez, particularmente clara na Alemanha. Visava-se, neste caso, a eliminação do antigo núcleo espartaquista e das influências teóricas de Rosa Luxemburgo. Os teóricos alemães insistiam em analisar a realidade de seu país, implicando esta postura uma recusa à subordinação integral de seu partido às diretrizes soviéticas emanadas da Internacional Comunista. Os partidários alemães dos dirigentes soviéticos lançam-se então à luta pela exclusão de diversos membros do Comitê Central de seu partido (sobretudo os intelectuais) acusando-os de desvios “pequeno-burgueses”. O sucesso deste expurgo nos quadros dirigentes do Partido Comunista Alemão e a completa dominação que o Comintern passa a exercer sobre este vão-se constituir em fatores de peso para o advento da catástrofe que se abaterá sobre o movimento comunista neste país e no mundo, com a ascensão de Hitler ao poder em 1933.

O controle férreo dos soviéticos sobre os demais partidos comunistas e a não admissão de críticas ou sugestões, quanto às diretrizes a serem seguidas pelo movimento comunista internacional, são acontecimentos que vão ganhando força à medida que Stalin

vai consolidando sua posição de líder supremo do regime soviético. A vitória de Stalin em sua longa disputa com Trotsky confere-lhe o poder supremo da Rússia Soviética; nesta disputa estiveram em jogo, além de proposições acerca da política interna russa (proposições que em seguida Stalin, apesar de vencedor, se verá obrigado a aplicar, devido à situação do país), toda uma concepção sobre o movimento comunista internacional. Como já vimos anteriormente, a doutrina de Stalin de “socialismo num só país” chocava-se com o internacionalismo revolucionário de Trotsky e Lenin e, com a vitória do primeiro, ela passa a ser aplicada.

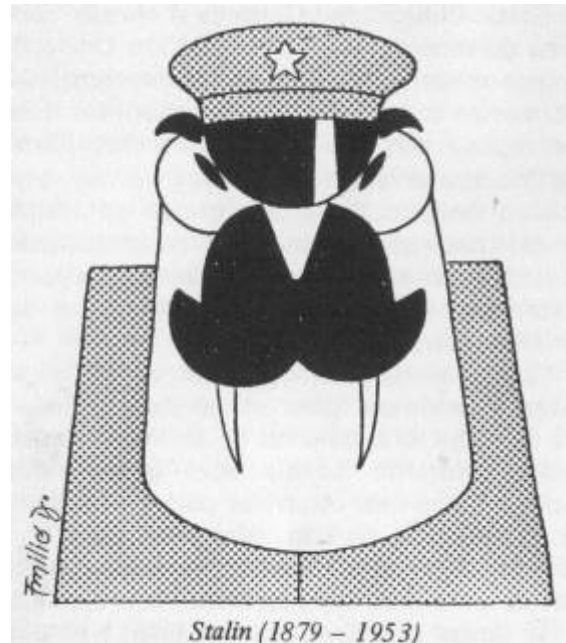
Derrotado Trotsky, Stalin vai descartar um dos dirigentes máximos do Comintern: Bukarin. Bukarin representava um obstáculo às aspirações de Stalin na medida em que pregava um menor sectarismo das táticas soviéticas para os demais países e uma maior participação de elementos não russos na

direção da Internacional. Com o desligamento de Bukarin, o Comintern passa a aplicar uma política ultra-sectária.

Por esta época, últimos anos da década de 1920, elementos comunistas de diversos países percebem o crescimento constante do perigo fascista e passam a preconizar a abertura de frentes amplas de democratas de todos os partidos, numa tentativa de barrar seu crescimento.

A grave crise pela qual passaria o capitalismo mundial em 1929 já se esboçava no horizonte e poucos eram os analistas que não a sentiam no ar. Stalin era um destes. Para o líder soviético, o perigo fascista inexistia pois, segundo ele, estava por ocorrer uma estabilização do capitalismo que iria reforçar a nova fase de ascensão revolucionária na qual entrava a Europa. A partir deste ponto de vista, Stalin classificava de desvios “direitistas” as tentativas de articulação de frentes democráticas antifascistas.

A realidade obrigou o dirigente soviético a mudar de opinião, alguns anos mais tarde. Em 1934, quando uma política de frente antifascista começa a ser cogitada pelos líderes da União Soviética, a crise do capitalismo e os erros anteriores do Comintern já



havia impulsionado enormemente o nazi-fascismo. Em 1935, no VII Congresso do Comintern, a política de Frente Antifascista passa a constituir uma das diretrizes do movimento comunista mundial.

Já no ano seguinte, a Frente Popular, agrupando radicais, socialistas e comunistas, vence as eleições na França, o mesmo acontecendo na Espanha. Nestes dois países a Frente Popular representava um real anseio das massas populares; o processo de participação no poder e as ambigüidades inerentes a uma coalizão deste cunho acabaram por acelerar a radicalização política de um proletariado que durante décadas vivera sob o jugo repressivo de governos burgueses.

Na França de 1936, a possibilidade de uma revolução parecia real e imediata; as greves e ocupações de fábricas espalhavam-se por todo o país com incrível velocidade. O governo de Stalin, contudo, não estava interessado nesta revolução; a União Soviética não pretendia ver a França lançada numa guerra civil e desgastada militarmente, despreparada para resistir a uma eventual invasão alemã. Para os dirigentes soviéticos de então, mais valia uma França burguesa e bem armada para fazer frente aos exércitos nazistas, na eventualidade de eclosão de uma nova guerra, do que uma França desorganizada econômica e militarmente, que seria presa fácil para as forças hitleristas. Os esforços do Partido Comunista Francês em muito contribuíram para acalmar a situação sócio-política daquele país, evitando assim a eclosão de um processo revolucionário.

A intervenção da Internacional Comunista no panorama espanhol não foi menos falha do que na França. Preconizando igualmente a frente comum com os partidos republicanos burgueses e pequeno-burgueses e com todas as demais forças de esquerda, o Partido Comunista vai contribuir para a vitória da Frente Popular em 1936. A situação política da República Espanhola, dominada por uma intensa crise desde o início da década de 30, produzia, no entanto, uma evidente radicalização de posições políticas; a vitória da Frente Popular foi o sinal de partida para a deflagração de uma guerra civil que contrapôs as forças de direita, comandadas pelo General Franco e auxiliadas pelos regimes fascistas da Alemanha e Itália, às forças republicanas agrupadas na Frente Popular.

A posição do PCE, e portanto da Internacional Comunista e de Stalin, deve obrigatoriamente ser vista por dois ângulos. Por um destes ângulos enxergaremos o PCE demonstrando um notável bom senso, quando pregava a necessidade de, em primeiro lugar, vencer-se militarmente o conflito para, apenas depois, entrar nas inevitáveis dis-

cussões sobre o tipo de governo que seria dado à República Espanhola. Preocupados com os aspectos militares, os comunistas espanhóis lançaram-se à organização de um exército eficiente, sendo ajudados nesta tarefa pela União Soviética que enviava armamentos e pessoal técnico. O desenvolvimento deste tipo de trabalho faz com que os efetivos do Partido Comunista cresçam, assim como cresce sua importância no âmbito da Frente Popular.

Por um outro ângulo, devemos perceber as ligações entre o trabalho do PCE no âmbito da guerra civil com os interesses da política externa da União Soviética. Naquele momento o líder soviético, preocupado com a Alemanha nazista, pretendia chegar a uma política de distensão com as grandes potências democráticas, de maneira a reforçar a segurança de seu país. Dentro desta perspectiva, a ascensão de um governo comunista na Espanha acabaria por se tornar extremamente prejudicial a esta tentativa de distensão.

Baseada nestes fatos, a proposta de Stalin era, em caso de vitória dos republicanos, entregar o poder aos partidos burgueses e pequeno-burgueses, tendo em vista a implantação de uma república democrático-burguesa. Esta linha de ação, na prática, levou à repressão dos elementos mais revolucionários da Frente Popular (trotskistas, anarquistas, socialistas revolucionários etc.) pelos elementos partidários da república burguesa e teve papel preponderante na derrota dos frentistas. O próprio PCE, à medida que aparecem os indícios da vitória da direita, percebe o erro de haver deixado a condução das forças populares na mão da burguesia democrática e tenta retomar a direção dos exércitos republicanos. Mas aí já era tarde demais.

Em agosto de 1939, a União Soviética surpreende a todos os comunistas do mundo, assinando um pacto de não-agressão com a Alemanha de Hitler. O pacto, em verdade, não passava de uma paz armada, de uma trégua que permitisse aos dois Estados melhor se prepararem para o inevitável combate. No entanto, os partidos comunistas de todos os países assistiram, em função da assinatura deste Pacto, a uma drástica redução de seus efetivos. A decepção era geral. Pouco mais tarde, em 1941, a Alemanha invade o território soviético, vindo então a União Soviética a formar ao lado das demais nações aliadas contra o nazi-fascismo.

É no âmbito desta aliança e com o evidente intuito de reforçá-la que, em 1943, a União Soviética, por meio da direção da Internacional Comunista, avisa a todos os partidos comunistas que esta organização estava extinta. Ao menos teoricamente, o

partido comunista de cada nação estava, a partir daquele momento, livre para chegar ao socialismo pelo caminho que parecesse o mais adequado a seus próprios dirigentes, não mais necessitando subordinar-se às diretrizes gerais emanadas de um organismo internacional.

Caberia ainda dizer que, se a política da Internacional Comunista para os países europeus nos deixa ver uma série de erros de análise e uma subordinação constante às hipóteses geopolíticas de Stalin, também suas diretrizes para os países coloniais e semicoloniais não primaram pelos acertos. Seus erros de análise, nestes casos, decorriam geralmente de uma total desinformação sobre a situação objetiva destes países, aliada, por vezes a uma interpretação mecânica do marxismo-leninismo. Como veremos no capítulo referente ao movimento comunista no Brasil, as diretrizes do Comintern para os países subdesenvolvidos raramente se mostravam adequadas; não era raro ouvir-se, da parte de delegados sul-americanos na Internacional Comunista, comentários duros sobre o desconhecimento dos líderes deste organismo no que dizia respeito à realidade do nosso continente.

O panorama do movimento comunista internacional logo após a dissolução do Comintern é bastante interessante. Livres da pesada estrutura burocrática da Internacional Comunista, os partidos comunistas ganham uma agilidade muito maior e passam, em geral, a desempenhar importante papel nos movimentos de resistência ao nazismo. Na França, na Itália, na Iugoslávia, na Grécia e em vários países da Europa Oriental, a atuação dos comunistas vai-se mostrar essencial no desmantelamento da dominação nazifascista. Como decorrência deste fato, o número de militantes e simpatizantes comunistas aumenta de maneira notável em quase todos os países.

Com a aproximação do final do conflito mundial, as três potências (EUA, Inglaterra e URSS) estabelecem uma divisão do continente europeu em zonas de influência, o que garantirá à URSS a colocação de governos comunistas em toda a Europa Oriental. A rigor, a conquista do poder pelos comunistas só foi possível nos países libertados pelo Exército Vermelho (isto é, naqueles países que se encontravam dentro da zona de influência que coube à União Soviética); em caso contrário, o simples mérito dos comunistas enquanto dirigentes das forças internas de libertação não era suficiente para a consolidação de um regime deste tipo. O caso da Grécia é um exemplo clássico, pois o Partido Comunista Grego, mesmo controlando 90% do território do país, acabou sendo derrotado pela

invasão de tropas inglesas e pelo silêncio de Stalin.

O final da guerra mundial trouxe consigo, também, o aparecimento dos primeiros regimes socialistas “hereges”, isto é, dos primeiros regimes comunistas dissidentes em relação ao stalinismo. Estes regimes foram frutos não só da dissolução da Internacional Comunista, mas também da conjuntura de conflito mundial. Os exemplos neste caso são a Iugoslávia e a China, constituindo ambos exceções ao quadro geral da divisão em zonas de influência, elaborado pelas três potências.

Estes dois partidos comunistas aplicaram a tática de obedecer desobedecendo (ou seja, desobedecer sem entrar em conflito aberto, diplomaticamente) às diretrizes que, mesmo após o fim do Comintern, Stalin insistia em ditar. Estes casos são, contudo, completamente distintos entre si.

A revolução iugoslava fez-se durante a Guerra. Comandando as forças da Resistência, o Marechal Tito ia instalando governos revolucionários nas zonas liberadas e impondo a todas as potências um fato consumado: a Iugoslávia pertencia ao governo constituído pelas forças de resistência e não ao antigo governo, exilado em Londres desde a invasão do país. Tito agiu de maneira extremamente diplomática em relação aos Aliados, fazendo concessões que se mostrassem indispensáveis, com o intuito de evitar que acontecesse em seu país o mesmo que vinha ocorrendo na vizinha Grécia. O que há de inusitado no caso iugoslavo é que o regime de Tito só foi reconhecido pela União Soviética após seu reconhecimento pelas demais potências.

Tendo conquistado o poder pelo seu próprio mérito, os comunistas iugoslavos partem para a tentativa de construir uma sociedade socialista a partir da realidade de seu próprio país. Como se pode imaginar, sua posição comunista independente despertou, posteriormente, a ira do regime stalinista, e as relações entre as duas nações se deterioraram de maneira extrema. A base teórica do socialismo iugoslavo é o conceito de autogestão, segundo o qual todos os cidadãos deveriam participar diretamente da administração dos organismos aos quais se encontram ligados, tais como fábricas, escola dos filhos, comitês de bairro etc...

O caso da China é bastante mais complexo. Isto ocorre inicialmente porque a ingerência da URSS nos assuntos internos do PC chinês remonta à revolução de 1928, onde o apoio russo (via Comintern) ao Kuomintang — o governo burguês revolucionário — acabou levando ao massacre das forças comunistas. Além disto, a situação interna

chinesa não foi influenciada pela Guerra Mundial na mesma proporção que a iugoslava.

Em 1935, os comunistas chineses passam a adotar a tática da Frente Popular pregada pelo Comintern, mas não aceitam uma posição subordinada no seio desta aliança, pois não duvidavam que o governo de Tchiang Kai-Chek fosse capaz de repetir um massacre nos moldes do de 1928. Por este motivo, mesmo aceitando a aliança para dar combate ao inimigo externo — o Japão —, o líder comunista Mao Tsé-Tung vai concentrar-se na tarefa de fortalecer o seu exército popular.

O governo soviético, no contexto da Segunda Guerra, interessado no clima de colaboração com as demais potências, vai exercer constante pressão sobre o PCC no sentido da dissolução do exército popular. Mao Tsé-Tung resiste habilmente a estas pressões, ao mesmo tempo em que fortalece o seu exército e consolida o governo popular em algumas regiões rurais da China.

Com o final da guerra e o fracasso das tentativas de conversações entre Tchang Kai-Chek e Mao Tsé-Tung, estoura a guerra civil que vai culminar com a vitória das forças comunistas e a instalação da República Popular da China em 1 de outubro de 1949.

Apesar das diferentes concepções teóricas de Mao e Stalin, as relações entre os dois países se apresentam bastante boas durante os primeiros anos da década de 50, muito contribuindo para isto o clima da Guerra Fria que dividira o mundo em dois blocos antagônicos. Quando da Guerra da Coreia em 1953, a colaboração entre os dois gigantes socialistas se estreitou e foi responsável pela instalação de um regime comunista na Coreia do Norte.

Após a morte de Stalin e a subida de Krushev ao poder na URSS, as relações entre este país e a China começaram a sofrer sérios abalos. A especificidade do caminho chinês em direção ao comunismo, afirmado e reafirmado na produção teórica de Mao Tsé-Tung, e sua conseqüente rebeldia em relação ao governo soviético vão-se somar a uma diferença radical de opinião acerca da política externa do bloco comunista, levando ao início da crise entre os dois países. A questão central da ruptura entre a China e a União Soviética estava centrada na discordância chinesa em relação à política de coexistência pacífica com os países capitalistas pregada pelos soviéticos. Em 1960 consuma-se a divisão no bloco comunista.

A partir de então, a China conheceu um processo de radicalização de esquerda que culminou na Revolução Cultural, a partir de 1966, processo no qual se pretendia cortar

pela raiz qualquer processo de burocratização do aparelho de Estado. Após a morte de Mao, no entanto, o processo interno chinês parece estar caminhando rapidamente para a direita; o primeiro sintoma desta mudança tornou-se visível na política externa chinesa, que passou a adotar, sistematicamente, posição contra as forças comunistas nas guerras de liberação de algumas nações africanas.

Nas últimas décadas várias outras nações chegaram ao socialismo por diferentes caminhos. Dentre elas poderíamos citar o Vietnã, que sustentou uma longa guerra contra os invasores estrangeiros (inicialmente a França e a seguir os Estados Unidos), sob o comando de Ho Chi Min e que chegou à independência e ao socialismo em 1976. O caso cubano, com a vitória da luta de guerrilhas sobre as forças do ditador Batista e a instalação de um regime comunista sob o comando de Fidel Castro, é outro exemplo dos mais conhecidos. As ex-colônias de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, optaram também, assim como outras nações africanas, pelo caminho do socialismo, em direção a uma sociedade comunista.

O COMUNISMO NO BRASIL

Em nosso volume sobre o Socialismo, publicado nesta mesma coleção, já nos havíamos referido, ainda que brevemente, à fase da história do movimento operário brasileiro que antecede à implantação do Partido Comunista em nosso país. Mostramos naquela oportunidade que à corrente socialista que aparece já em fins do século passado (mas que não irá apresentar uma grande importância efetiva) sucede uma forte corrente anarquista e anarco-sindicalista.

As idéias anarquistas predominaram de maneira clara no meio proletário brasileiro, principalmente entre 1910 e 1920, determinando as formas de organização e de comportamento político da ainda incipiente classe operária nacional. Assim, o Capitalismo, a Religião e o Estado eram identificados como seus maiores inimigos, e suas formas de organização não admitiam a necessidade do partido político do operariado. As lutas do proletariado deveriam, segundo eles, ser resolvidas pela ação direta, pelas batalhas sindicalistas e pelas greves revolucionárias.

A vitória dos comunistas marxistas-leninistas na Revolução Russa de outubro de 1917 vai, evidentemente, refletir no movimento operário brasileiro, nele introduzindo gradativamente alterações fundamentais. Como sempre ocorrera quando da introdução das idéias socialistas em nosso país, ocorre uma defasagem entre o aparecimento destas idéias no Velho Continente e sua veiculação no interior de nosso movimento operário; as idéias da Revolução Russa não fogem a esta regra se bem que, dada a importância capital deste acontecimento, seus efeitos sobre a classe trabalhadora brasileira já possam ser percebidos por volta de 1920.

Nesta fase de passagem do anarquismo ao comunismo, o que se pode notar é que os acontecimentos da Rússia geram uma certa confusão no meio dos militantes anarquistas brasileiros. Mesmo sendo contra os partidos políticos e contra a ditadura do proletariado como instrumentos indispensáveis para se alcançar o comunismo, estes militantes viam-se na impossibilidade de negar que fora graças a um partido rigidamente organizado e disciplinado que a classe operária lograra destruir a sociedade burguesa russa, e que apenas um Estado forte, uma ditadura do proletariado, permitia resistir às investidas contra-revolucionárias internas e externas.

Otávio Brandão, um anarquista que mais tarde iria optar pelo comunismo, dá-nos

um claro exemplo deste fato quando nos diz ao mesmo tempo, que “todo partido é uma estreiteza; a grandeza do ideal revolucionário não pode ser comportada dentro de ações mesquinhas como partidos e parlamentos” e que “nada de panos mornos como o parlamentarismo e demais socialismos, com exceção do marxismo que é genuinamente revolucionário conduzindo as massas à subversão, como aconteceu com os russos em outubro de 1917”. Ora, sabemos que é praticamente impossível tentar compatibilizar a doutrina comunista marxista com a doutrina comunista libertária (anarquista). As discussões entre os expoentes máximos destas duas linhas, Marx e Bakunin no interior da I Internacional e, posteriormente, as discussões entre seus partidários jamais haviam conseguido alcançar esta compatibilidade.

Colocados frente a este dilema, muitos militantes anarquistas, dado o sucesso do marxismo-leninismo na Revolução Russa, passaram a achar que o anarquismo era incapaz, seja do ponto de vista teórico, seja do organizacional, de oferecer uma alternativa concreta à sociedade burguesa de então. Com isto abriu-se a brecha por onde iria penetrar, no movimento operário de nosso país, a doutrina comunista na forma concebida por Marx e Lenin, e que levaria ao aparecimento do Partido Comunista no Brasil.

O Partido Comunista do Brasil (PCB), seção brasileira da Internacional Comunista, foi fundado em fins de março de 1922 por um grupo composto basicamente por antigos militantes anarquistas, sob a liderança de Astrojildo Pereira. A criação do Partido foi resultado do trabalho de divulgação das 21 cláusulas de adesão à Internacional Comunista, que vinha sendo conduzido por Astrojildo desde o ano anterior e que levava à criação de grupos comunistas em algumas capitais estaduais.

Como todos os demais partidos comunistas que surgem na esteira da Internacional Comunista, também o partido brasileiro aceita como um de seus mais básicos fundamentos a defesa intransigente da Revolução Soviética. Assim, ele aceita sua subordinação integral às diretrizes traçadas pelo Comintern e passa a aplicar disciplinadamente as resoluções deste organismo.

Se por um lado a atuação dos comunistas brasileiros era limitada pelas análises da realidade brasileira elaboradas pela Internacional e que, em geral, conforme reconhecem os próprios dirigentes comunistas brasileiros de então, encontravam-se a dezenas de quilômetros daquilo que realmente ocorria em nosso país, por outro lado seu trabalho foi sistematicamente prejudicado pelos acontecimentos que marcam o panorama político

brasileiro daquela década. Não podemos esquecer-nos de que o aparecimento do Partido Comunista se dá alguns meses antes da eclosão do primeiro movimento revoltoso do ciclo “tenentista”. A repressão que se abate sobre o país a partir da posse de Artur Bernardes na presidência (e que na realidade era uma resposta da classe dirigente tradicional aos grupos que a ela se opunham em nome de uma crescente insatisfação das camadas médias urbanas) não perdoa o movimento operário tanto de coloração anarquista quanto de cunho comunista.

Colocado na ilegalidade pela instauração do estado de sítio que se seguiu no episódio dos “18 do Forte de Copacabana”, em julho de 1922, o Partido continua o seu trabalho de estruturação e de combate à - influência anarquista no movimento operário do país. Os debates eram árduos e por vezes violentos, contribuindo estas divergências, em conjunto com o clima de repressão generalizada, para uma fase de descenso da mobilização política e sindical da classe trabalhadora.

É a partir de seu segundo congresso (1925) que o Partido Comunista vai-se lançar à tarefa de interpretar a realidade do país à luz dos ensinamentos de Marx, Lenin e da Internacional Comunista. Neste Congresso chega-se à conclusão de que a contradição fundamental em nossa sociedade era a luta entre o capitalismo agrário semifeudal (representado pelo capital inglês) e o capitalismo industrial moderno (representado pelo capital americano). Tomando esta assertiva como base, os comunistas vão desenvolver uma linha teórica que aparece expressa na obra *Agrarismo e Industrialização*, de Otávio Brandão, o teórico do Partido. Brandão dizia que no conflito entre o capital inglês e o americano, erigido como contradição fundamental, melhor seria que a classe trabalhadora impulsionasse a ala defensora do capitalismo moderno, para desta maneira ajudar a transpor a fase da revolução burguesa, estágio necessário para a passagem ao socialismo. A conclusão lógica deste pensamento, que foi adotada como linha do PCB, era a constituição de uma frente ampla, abrangendo o proletariado, a pequena burguesia e a alta burguesia industrial. Fruto de uma simplificação do método de análise marxista e de uma visão pouco clara da realidade político--social do Brasil, esta elaboração teórica (que mais tarde vai ser condenada pelo próprio PCB como desvio direitista) ajustava-se magistralmente à tática de Frente Única que era, na época, preconizada pelo Comintern.

Obedecendo a esta política, os comunistas lançam-se pela primeira vez à disputa de um pleito eleitoral. Agindo sob a cobertura da Coligação Operária, lançam a candidatura

de um líder operário para o Legislativo da cidade de Santos. Como era de se esperar este candidato não foi eleito, tendo conquistado 34 votos, aproximadamente 1% do total do eleitorado.

Mantendo a mesma tática, o PCB vai concentrar seus esforços na criação de uma organização mais ampla para dar cobertura as suas futuras incursões eleitorais, surgindo assim o Bloco Operário. Paralelamente os comunistas esboçam as primeiras tentativas de criação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Em fevereiro de 1927 o PCB aproveita a campanha para as eleições municipais do Rio de Janeiro para promover intensa agitação e propaganda, visando não só a eleição dos candidatos por ele apoiados, mas também o fortalecimento e crescimento do Partido. Deste ponto de vista as eleições parecem ter sido bastante positivas, tendo, inclusive, sido eleito um dos candidatos apoiado pelos comunistas.

Com o final do governo Bernardes, o fim do estado de sítio e o retorno da vida política do país à normalidade, o Partido Comunista retorna à legalidade em janeiro de 1927. O segundo período de vida legal deste partido não será, no entanto, muito mais longo do que o anterior. Pressionado pelo governo inglês, com quem negociava um empréstimo de vulto, o governo de Washington Luís (para quem a questão social era uma questão de polícia) faz aprovar uma lei criminal, conhecida como Lei Celerada, que objetivava reprimir o movimento operário. Pressionando a opinião pública pela veiculação de notícias sobre supostos planos de revoluções comunistas no país, durante toda a fase em que o projeto de lei encontrava-se em estudos, o governo não tem qualquer dificuldade em fazê-lo aprovar, impondo a volta do PCB à ilegalidade, em agosto de 1927.

Retornando à política de atuar sob a cobertura de um Bloco, o PCB funda o Bloco Operário e Camponês, pretendendo com isto atingir também a grande massa de trabalhadores rurais superexplorados. Ainda dentro de uma perspectiva de Frente Ampla, o Comitê Central decide enviar um representante à Bolívia para entrar em contato com Luís Carlos Prestes, líder tenentista e comandante da famosa Coluna Prestes, uma das figuras mais populares do Brasil de então. Astrojildo Pereira, ao encontrar Prestes em seu exílio, forneceu-lhe vasta bibliografia marxista, dando com isto o primeiro passo para a conversão ao comunismo daquele que seria, nas décadas posteriores, o homem mais importante do PCB.

Em 1930 dá-se uma mudança radical na linha política seguida pela Internacional

Comunista. A direção desta organização concita os partidos comunistas da América Latina a romperem com a política de frente ampla, classificada agora como direitismo, e a se lançarem imediatamente em uma linha de atuação que levasse à hegemonia do movimento revolucionário da classe operária. A ordem era para que se procedesse à sovietação imediata do país, isto é, que se desse ênfase à constituição imediata de sovietes de soldados, camponeses e operários.

Na esteira desta nova diretriz de esquerda, cujo sectarismo salta aos olhos, o Secretariado Latino-Americano do Comintern, reunido em abril e maio deste mesmo ano, lança uma decidida ofensiva contra a direção do Partido Comunista do Brasil, acusada de desvios pequeno-burgueses e direitistas. Note-se que entre estes erros era incluído o da tentativa de maiores contatos com Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”.

Este sectarismo de esquerda levará o PCB a sua fase dita “obreirista”, durante a qual ocorrerá a desvalorização de todo o elemento do partido que tivesse uma procedência pequeno-burguesa, sem se levar em conta seu passado enquanto militante comunista e seus conhecimentos sobre as idéias de Marx, Engels e Lenin (aliás de extrema utilidade num país onde raras eram as pessoas que possuíam um efetivo conhecimento destas teorias). Em contraposição procedeu-se a uma supervalorização dos elementos efetivamente operários; tratava-se de uma valorização absoluta: qualquer elemento operário, independente de sua capacidade teórica ou militante, era melhor que qualquer elemento pequeno-burguês, pelo simples fato de ser um real membro da classe operária. Com isto, importantes dirigentes são afastados por serem qualificados de culpados dos “erros” anteriores; os pequeno-burgueses (sobretudo os intelectuais) perdem seus cargos diretivos, para não mais poderem exercer sua influência “nefasta” sobre o partido da classe operária. O secretário-geral e fundador do PCB, Astrojildo Pereira, ele próprio considerado culpado da trajetória anterior e já tendo feito sua autocrítica, comanda a aplicação, em nosso país, desta nova linha do Comintern; pouco tempo mais tarde ele próprio vai ser uma das vítimas da nova política, perdendo seus cargos nos comitês diretivos.

Enquanto o Partido Comunista debatia-se nesta reestruturação de seus órgãos de direção, o país passava a viver a intensa agitação da campanha presidencial de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, que antecedeu a Revolução de 1930. A medida que se aproximava a deflagração da revolução que levaria Vargas, apoiado pelos tenentes e pela

oligarquia dissidente, ao poder, o mais importante líder tenentista ia completando sua trajetória rumo ao marxismo, deixando transparecer sua nova posição ideológica em maio de 1930.

No “Manifesto de Maio”, Prestes classifica a disputa pelo poder, que se cristalizara na oposição da Aliança Liberal ao governo oligárquico, como mera luta entre oligarquias ligadas a capitalistas de duas nações imperialistas diferentes: a Inglaterra e os Estados Unidos. Para Prestes, a verdadeira Revolução Brasileira só poderia ser fruto da luta da massa oprimida de proletários e camponeses. Sua proposição era a criação de uma Liga de Ação Revolucionária (LAR), que agregasse todas as forças revolucionárias do país.

Evidentemente a reação das classes conservadoras que se encontravam no poder foi imediata e ampla, traduzindo-se por uma avalanche de pronunciamentos contra a doutrina comunista, objetivando neutralizar o pronunciamento de uma das figuras mais populares do país. Também os membros da Aliança Liberal oposicionista, que durante meses haviam tentado ganhar Prestes para sua causa, reagiram imediatamente contra este pronunciamento, pois temiam os efeitos das idéias expostas pelo “Cavaleiro da Esperança” sobre seu esquema militar composto basicamente por tenentistas, ex-comandados de Luís Carlos Prestes.

Cabe aqui ressaltar que a reação do Partido Comunista não foi menos imediata e nem menos violenta do que as reações da burguesia e da oligarquia. Empenhado em sua luta contra os “desvios pequeno-burgueses”, o PCB ataca resolutamente o manifesto de Prestes. Mesmo reconhecendo-lhe méritos no que dizia respeito à análise da situação interna do país, os comunistas dirigem sua crítica no sentido de mostrar que a revolução à qual Prestes se referia só poderia ser feita sob o comando do partido da classe operária, ou seja, do próprio PCB. A aplicação dogmática pelo PCB da nova linha da Internacional Comunista impede, contanto, que este partido proponha aquilo que Prestes (aparentemente baseado na linha seguida até 1930) esperava que fosse feito: a abertura de uma frente ampla revolucionária, que incluísse a LAR e o PCB.

A vitória da Revolução de 1930 e a conseqüente tomada do poder por Vargas e pelos tenentes somam-se à oposição comunista para determinar o completo fracasso da organização proposta por Prestes. Um ano mais tarde, já extinta a LAR, o líder tenentista vai aproximar-se cada vez mais dos comunistas. Em 1931, aceitando o convite da própria Internacional Comunista, ele se muda do Uruguai para a União Soviética, de onde envia

em 1934 seu pedido oficial de admissão ao Partido Comunista do Brasil.

É também durante o ano de 1930 que toma corpo a oposição de esquerda, “trotskista”, ao PCB. Concomitantemente à oposição ao governo de Stalin na URSS e ao Comintern que se articula a nível internacional, também no Brasil um grupo de comunistas brasileiros (dentre os quais se destacavam Lívio Xavier e Mário Pedrosa) vai passar à crítica dos caminhos que vinham sendo tomados pelo governo comunista russo e pelo seu organismo de atuação internacional. Apoiando Leon Trotsky, um dos dirigentes máximos da Revolução Russa de 1917, agora já afastado de todas as suas funções de direção do movimento comunista russo, este grupo vai fundar a Liga Comunista — Oposição Leninista do PC do Brasil, é de se ressaltar que este grupo não se denominava trotskista, mas sim leninista, pois, segundo eles, Trotsky apenas mantinha-se fiel às idéias de Lenin que Stalin insistia em conspurcar.

Tudo indica que durante a primeira metade da década de 1930 o PCB conheceu um razoável crescimento. Tal fato não seria esperado se levarmos em conta que o novo governo revolucionário de Vargas atacava duramente o comunismo por dois flancos. De um lado ele dava os primeiros passos na criação da legislação e estrutura trabalhistas de cunho paternalista, criando o Ministério do Trabalho, passando a exercer um maior controle sobre os sindicatos e lançando as primeiras leis de defesa do trabalhador. Por outro lado, continuava a reprimir de forma sistemática as manifestações independentes da classe operária e os militantes comunistas e anarquistas.

No entanto, a desilusão de parte da sociedade brasileira com a Revolução da Aliança Liberal era evidente, fertilizando o terreno para o posterior aparecimento de movimentos de cunho mais radical. Nos primeiros anos desta década, ao mesmo tempo em que nascia o movimento fascista brasileiro — o integralismo —, também o movimento comunista passou a crescer, apesar da linha obreirista por ele pregada e da constante troca de direção.

Conforme vimos no capítulo anterior, foi durante o ano de 1934 que a Internacional Comunista, mais uma vez, altera radicalmente sua linha de ação. Agora, num contexto de crescimento do nazi-fascismo na Europa, a Frente Ampla passa a ter uma política mais interessante, do ponto de vista do movimento operário internacional, para a contenção do crescimento das forças de direita. Desta maneira, a Frente Ampla volta a ser, novamente, a política oficial do Comintern, a ser seguida pelos partidos comunistas de todo o mundo.

A adoção desta nova diretriz implicou, com toda certeza, choque entre diferentes

facções da direção do Comintern. Consta que o grupo derrotado conseguiu impor que em alguns países se tentasse utilizar a estratégia de Frente Ampla para o desencadeamento de um processo revolucionário. Prestes, então em Moscou, acreditava que tal linha de ação deveria ser utilizada no Brasil, pois as possibilidades de sucesso eram, em sua opinião, bastante grandes.

Aplicada no Brasil, a diretriz da frente antifascista tomou em 1935 o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL). O crescimento da ANL foi, sem dúvida, um dos maiores sucessos de um movimento de massas no país; aglutinando toda a oposição democrática do país, impulsionada pelo Partido Comunista, tendo como presidente de honra o carismático Luís Carlos Prestes e exercendo um notável fascínio sobre o proletariado e as camadas médias urbanas, a ANL se transformou em poucos meses num dos mais poderosos agrupamentos políticos do país. Aproveitando-se das violentas declarações de Prestes contra seu governo, Getúlio Vargas vai rapidamente dar combate a tão poderoso inimigo, colocando-o na ilegalidade. Com isto a ANL vai perder grande parte de seus membros, nela permanecendo, basicamente, os elementos comunistas que vão, em seguida, se lançar à revolta armada, que eclode em novembro de 1935.

A revolta comunista de 1935 foi um dos mais graves erros já cometidos pelo PCB e redundou em completo fracasso. Do ponto de vista militar, a revolta caracterizou-se por precipitação de alguns regimentos revolucionários e pela infiltração da polícia getulista no meio dos revoltosos. Do ponto de vista político a revolta era completamente imatura e não passou, como reconheceu Prestes mais tarde, de uma “quartelada” nos moldes tenentistas, pois a massa popular não estava devidamente preparada para tal tipo de ação. Não haviam sido poucos os militantes comunistas que, já anteriormente se haviam colocado contra a insurreição armada naquela conjuntura e, por este motivo, expulsos do Partido. Com a derrota do movimento uma violentíssima repressão foi desencadeada contra o Partido Comunista, atingindo, porém, indiscriminadamente, o conjunto das forças democráticas que se haviam agregado à ANL.

A repressão iniciada em 1935, contra as forças populares, foi reforçada pelo golpe do Estado Novo, em 1937. Se, após a tentativa de insurreição comunista, Vargas se sentiu à vontade para atacar decididamente a oposição comunista e uma ala da oposição liberal, com o golpe de 1937 ele pôde estender sua repressão a todos os setores oposicionistas.

Mesmo estando habituado a atuar na clandestinidade, o Partido Comunista do Brasil

não consegue resistir à violência do ataque da ditadura de Vargas. De 1935 até 1942 o Partido praticamente desaparece. Elementos comunistas continuam a atuar a nível local, mas a estrutura centralizada e disciplinada do PCB desaparece.

A partir de 1942, vai ressurgir lentamente o trabalho comunista. Aproveitando o aparecimento de um incipiente movimento de opinião pública favorável à entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, os comunistas passam a trabalhar visando o reforço desta tendência de caráter nitidamente democrático e antifascista. É nesta época que têm início as primeiras tentativas de rearticulação dos diversos grupos comunistas regionais e de reconstrução da estrutura nacional do Partido Comunista. Três grupos sobressaíam-se: o grupo “baiano” radicado em São Paulo, o grupo carioca da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e um grupo paulista.

No processo de reagrupamento partidário os grupos carioca e baiano conseguem superar suas discordâncias dada sua convergência de opiniões em um ponto básico: a liderança do Partido deveria ser entregue a Luís Carlos Prestes. Já o grupo paulista acreditava que tanto a eleição do secretário-geral quanto a escolha dos membros do Comitê Central do PCB deveriam ser o resultado de um processo democrático, só concretizável com a realização de um Congresso do PCB, o mais cedo possível.

O aval de Prestes é dado, obviamente, aos grupos que pretendiam dar-lhe a liderança e em agosto de 1943, com Prestes ainda na prisão, é convocada a Conferência da Mantiqueira, na qual é eleito o novo Comitê Central. A posição do novo Comitê Central é de “União Nacional”, com apoio total ao governo brasileiro, ao mesmo tempo em que seria desenvolvida intensa política de reerguimento do Partido.

A Internacional Comunista havia sido dissolvida, como sabemos, em 1943, mas a nova direção do PCB continua seu alinhamento milimétrico com o Partido Comunista da URSS. A política de União Nacional e de apoio incondicional ao governo dos países que lutavam do lado dos Aliados era a diretriz preconizada pelo governo russo. Aplicada em nosso país ela acabou servindo para acelerar o processo de sua redemocratização. Em abril de 1945 Vargas decreta a anistia aos prisioneiros políticos e, no mês seguinte, permite a volta à legalidade do PCB.

A manifestação política da linha do PCB traduziu-se no movimento de massas conhecido como “queremismo” (proveniente do slogan “Queremos Getúlio”) e na campanha “Constituinte com Getúlio”. Ambos os movimentos contavam também com o

apoio da estrutura trabalhista montada por Vargas (e que logo em seguida iria agrupar-se no Partido Trabalhista Brasileiro — PTB) e pretendiam que a passagem a um regime democrático fosse feita sob a condução de Vargas.

O golpe de outubro de 1945, que significa a vitória das forças que exigiam o afastamento do ditador antes da concretização do novo regime democrático, obrigou a uma mudança de atitude por parte dos comunistas. O PCB, interessado acima de tudo na instalação de um regime democrático que lhe garantisse o direito de existência, continuou a mostrar-se disposto a apoiar o novo governo, transmitindo às massas operárias as palavras de ordem de “apertar os cintos” e de “ordem e tranqüilidade”.

Para as eleições de dezembro de 1945, os comunistas optam pelo lançamento de um candidato próprio, Iedo Fiúza. A votação dada a Fiúza e aos demais comunistas candidatos à Constituinte confirma a fantástica expansão que seu Partido conhecera após sua volta à legalidade. No cômputo geral, o PCB aparece como o terceiro partido brasileiro, conseguindo uma média de 10% dos votos.

Após as eleições o Partido Comunista continuou a tentar manter sua posição de partido da ordem, tentando conter as possíveis radicalizações do movimento operário. A conjuntura de redemocratização, no entanto, trouxera à tona reivindicações da classe operária que vinham sendo sufocadas há anos. Em dezembro de 1945 tem início um surto grevista que tomará conta do país até março do ano seguinte. A massa operária suplanta aquela que deveria ser sua vanguarda; preocupado em mostrar-se um partido da ordem, tenta inicialmente opor-se a greves evidentemente legítimas, pedindo à classe operária que agisse com calma para permitir a consolidação do regime democrático.

Impossibilitado de conter o movimento, o PCB vai, a partir de janeiro, reconhecer o caráter legítimo das greves, recusando-se, contudo, sempre a assumir a responsabilidade e a conduzir os movimentos. Nesta ambigüidade o Partido perde terreno tanto no seio da classe operária quanto no terreno do sistema político.

Nesta conjuntura, todos os esforços dos comunistas parecem dirigidos para a concretização de uma central nacional de trabalhadores, a CGTB, que lhes asseguraria a posse de um precioso instrumento de pressão. No entanto, circunstâncias externas e internas contribuem para minar, cada vez mais, a posição do PCB nesta sua curta fase de legalidade. Sua posição enquanto partido “da ordem” o obriga a freqüentes recuos em suas posições na Assembléia Constituinte e, por outro lado, levam-no a assumir posições frente ao movimento de massas que resultam em notável quebra de prestígio. Como o próprio Prestes iria admitir alguns anos mais tarde, o crescimento quantitativo do partido implicara sérias perdas de ordem qualitativa que iriam ter funestas conseqüências.

Se no plano interno esta era a incômoda posição dos comunistas, a alteração radical do campo externo (onde a política de união entre as forças que haviam vencido o fascismo se transformava na Guerra Fria entre URSS e EUA) vai permitir que em 1947 o PCB receba seu golpe de misericórdia.

Colocado mais uma vez na ilegalidade, o Partido Comunista do Brasil passa a adotar uma linha fortemente antiimperialista e anti-revisionista. Até o início da década de 50 coloca-se também numa posição de não-cooperação com as demais forças políticas.

Uma sensível diminuição no número de seus militantes vai obrigar o partido a rever esta sua posição de esquerda e a admitir a possibilidade de trabalho com outros grupos, notadamente com os trabalhistas.

É notável o reforço dos apelos nacionalistas na prática comunista durante a primeira metade da década de 50. Além da campanha pela nacionalização do petróleo (criação da



Prestes, anistiado, saindo da prisão em 1945.

Petrobrás), onde a ação comunista foi decisiva, também os problemas de ferro, manganês e outras riquezas minerais, além da denúncia do Acordo Militar com os EUA, receberam atenção do PCB. A questão da autonomia nacional passou a ser um dos pontos mais importantes da linha de trabalho dos comunistas brasileiros.

Defendendo arduamente as posições nacionalistas, o PCB vai atacar o governo de Getúlio Vargas por sua posição moderada a respeito da defesa das riquezas nacionais. Em início de 1954 os comunistas clamavam pela derrubada de Vargas e pela constituição



Moeda comemorativa do IV Congresso do PCB.

de uma Frente de Libertação Nacional, mas com o suicídio do presidente Vargas e a subsequente intensíssima comoção da massa trabalhadora, o PCB vê-se obrigado a recuar e a rever suas posições.

O IV Congresso do Partido Comunista é realizado em novembro de 1954, portanto na esteira do movimento popular que se seguiu à morte de Vargas. Abstendo-se de criticar o ex-presidente, o PCB vai reforçar sua linha nacionalista, transformando agora sua política antiimperialista em geral em ataque direcionado contra os EUA, sobretudo na questão das riquezas minerais. A reforma agrária e a instalação de um governo democrático de libertação nacional constituíram igualmente teses aprovadas neste Congresso.

A unidade do trabalho comunista que vinha sendo mantida desde sua legalização em 1945 é visível ainda nesta ocasião, mas ela não conseguiria sobreviver à tempestada que se abate sobre o movimento comunista internacional com o X Congresso do PC da União Soviética onde, pela primeira vez, são reconhecidos os erros de Stalin. Uma outra resolução dos comunistas russos vem colaborar para a quebra de unidade dentro do PCB; trata-se da resolução que considera o reformismo moderado como apropriado para as sociedades dependentes, que logo em seguida passará a constituir a linha oficial do partido brasileiro.

Estas primeiras convulsões internas do PC brasileiro vão aparecer claramente quando da destituição de vários membros pró-Stalin dos cargos de direção do partido e no surgimento de uma dissidência comandada por Agildo Barata e Osvaldo Peralva que se

intitulará Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro.

Vencidas estas primeiras crises internas, o reformismo moderado surge como linha-oficial de atuação. O V Congresso, em 1960, vai estabilizar a situação interna da organização, mantendo no poder os partidários desta nova linha, liderados por Prestes. Se anteriormente o PCB pregava a necessidade de um governo democrático de libertação nacional, a partir deste momento ele vai lutar por uma Frente Única Nacionalista e Democrática; a burguesia nacional passa a ser um aliado em potencial e o capitalismo do Estado é visto como tomando “formas progressistas e nacionais”. É ainda neste V Congresso que é efetuada a crítica adotada pelo partido em 1950, caracterizada agora como “esquerdismo sectário” e “inconsistente com a realidade brasileira”.

No ano seguinte, em sua Conferência Nacional, os comunistas brasileiros vão alterar o nome de sua organização de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, sendo mantida a sigla PCB. Logo a seguir, em 1962, dá-se o rompimento definitivo da direção do partido com os elementos pró-Stalin que rejeitavam a política soviética de coexistência pacífica e se aproximavam da linha chinesa e das idéias de Mao Tsé-Tung. A nível interno as críticas destes militantes visavam principalmente a falta de ativismo do PCB nas áreas de educação das massas, imprensa e movimentos de juventude. Refletindo a divisão que se operava no movimento comunista internacional, estes militantes — dentre os quais pode-se destacar João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar — vão fundar o Partido Comunista do Brasil (PC do B), de linha chinesa.

É também no início da década de 60 que surge o grupo independente Política Operária (POLOP), formado por dissidentes radicais do PSB, do PTB e do PCB. No seio do movimento estudantil ganhava notável impulso a corrente marxista originária dos movimentos católicos de juventude, a Ação Popular (AP).

O monolitismo do movimento comunista que vinha sofrendo sérios abalos desde 1956 estava decididamente morto e enterrado. Os exemplos da China e de Cuba levavam os militantes brasileiros a procurarem novas linhas de ação compatíveis com a realidade nacional. Novas cisões se delineavam no horizonte.

O próprio PCB vai conhecer novas divergências internas, passando a dividir-se em duas tendências: uma de direita que acreditava ser possível um trabalho comum com a burguesia nacional representada por Jango e uma de esquerda que pretendia enfatizar o movimento antiimperialista, desconsiderando as diferenças entre a burguesia nacional e a

burguesia brasileira pró-imperialista.

Apesar de suas divergências internas, o movimento comunista como um todo mostra-se especialmente ativo até 1964. Nestes anos dá-se um nítido crescimento dos movimentos de massa, bem como acelera-se a estruturação de órgãos de trabalhadores. Os operários criam em 1963 o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os trabalhadores agrícolas movimentam-se na defesa de seus interesses e os estudantes promovem vastas mobilizações políticas por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ainda que possamos perceber a ação de diversas organizações marxistas nestes movimentos, não há dúvida de que era o PCB que tinha a atuação mais abrangente, organizada e de maior peso no cenário político nacional.

Com a radicalização política que toma conta do país às vésperas do golpe militar de 1964, o Partido Comunista Brasileiro, conforme reconhecerá o próprio Prestes, comete uma série de erros, frutos de uma visão “oportunista de esquerda”, pois não acompanharam “com a necessária atenção a evolução da situação concreta em nosso país”, sobrestimando suas próprias forças e subestimando a de seus inimigos.

Com o advento do regime militar e o advento de um anticomunismo generalizado por parte das autoridades, o movimento comunista passa a sofrer pesada repressão.

Nestas condições, o movimento responde à repressão com uma constante radicalização de suas posições. Em 1967 a ala esquerda do Comitê Central do PCB, da qual faziam parte Mário Alves, Carlos Marighela e Jacob Gorender, é expulsa do partido e leva em sua saída grande parte dos militantes. O caminho escolhido por esta ala esquerda foi a luta armada, preconizada pela Organização Latino-Americana de Solidariedade



Agência Estado

Luís Carlos Prestes, anistiado, volta do exílio em 1979.

(OLAS), criada em Cuba em 1966. Um amplo processo de fusão entre os elementos marxistas de diversas tendências vai gerar uma série de grupos revolucionários partidários da ação armada, dentre os quais se destacaram: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), a Vanguarda Armada Popular Palmares (VAR-Palmares).

A dimensão da repressão governamental somada à evidência da inviabilidade da aplicação prática da teoria do “foco” guerrilheiro como desencadeador de um processo revolucionário de massa, em nosso país, acabam por determinar a retração destes grupos. Em algumas destas organizações (APML e MR-8, por exemplo) o recuo desencadeou processos de autocrítica que as levou a admitir o erro da tática anteriormente aplicada e a optar pela tarefa paciente de construção de um partido revolucionário fundado na grande massa de trabalhadores brasileiros. Ao que se sabe, estas duas organizações, o PCB e o PC do B constituem as maiores agremiações comunistas a atuarem hoje, na ilegalidade, em nosso país.

Revisão: Argo – www.portaldocriador.org

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Para uma compreensão mais aprofundada da obra de Marx sugerimos ao leitor algumas obras básicas.

- 1 — Harnecker, Marta — *Os Conceitos Elementais do Materialismo Histórico.*
- 2 — Lenin, V. I. — *O que é o Marxismo.*
- 3 — Idem — *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo.*
- 4 — Idem — *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo.*
- 5 — Idem — *O Estado e a Revolução.*
- 6 — Marx e Engels — *Manifesto do Partido Comunista.*

Evidentemente a leitura d'0 Capital seria de extrema importância, mas dada a complexidade desta obra permitimo-nos sugerir a edição resumida por Julian Borchardt, publicada no Brasil por Zahar Editores.

SOBRE O AUTOR

Nasceu em São Paulo, em 1953, e formou-se pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Foi nesta mesma instituição que iniciou sua formação sociológica, trabalhando no Departamento de Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Maurício Tragtenberg.

Em 1976 transferiu-se para Paris onde desenvolveu seus estudos de pós-graduação em Sociologia, na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*. Tendo como orientador de tese o Prof. Alain Touraine, elaborou o trabalho “*Le Parti Communiste et la Génèse du Populisme — analyse de la conjoncture des années 1945/46 au Brésil*”.

Além deste, que agora é apresentado ao público, dois outros livros deste autor foram lançados pela Brasiliense: *O que é Socialismo* e *O que são Ditaduras*, na Coleção Primeiros Passos. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo* foi lançado pela Editora Símbolo.